

# **IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
findo em 31 de dezembro de 2022**

## Conteúdo

Relatório da Administração

Balanco Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Senhores Acionistas.**

A Administração da IESA ÓLEO & GÁS S.A – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do ano, bem como o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

**Mensagem do Presidente**

2022, ano eleitoral, ainda com resquícios da pandemia, mercado de infraestrutura ainda aguardando direcionamento político, regulatório e econômico, taxa de juros elevada, risco de inflação, volatilidade no câmbio e na bolsa de valores refletindo o “*mau humor*” de investidores e empresários. Mesmo com todas as adversidades, para o Grupo Inepar, 2022 foi o ano da retomada.

Através da nossa empresa IESA Projetos que atua na fabricação de equipamentos, partes e peças em nossa fábrica de Araraquara atendemos clientes como GE, Voith, CTG Brasil, Randon entre outros igualmente importantes. Destaque para os novos clientes deste ano: CTG Brasil e Randon.

O grande destaque foi marcado pelo redirecionamento da ENISA para prestação de serviços em Engenharia, Fornecimento, Construção e Montagem (EPC) com foco nos setores de O&G e Energia. Algumas importantes ações foram desenvolvidas em 2022: i) reunimos toda a competência das empresas do Grupo Inepar e alocamos os principais atestados e acervos técnicos na ENISA; ii) revisitamos e atualizamos o Plano de Integridade do Grupo Inepar e o implantamos na ENISA; iii) abordamos diretamente o mercado, sem intermediários, acessando clientes de grande porte; iv) no setor de O&G, antigas parcerias foram resgatadas; no setor de Energia, novas parcerias foram formatadas; v) foram apresentadas propostas com valores significativos ao longo do ano – em torno de R\$ 5 bilhões para prestação de serviços de EPC.

Já para controladora a Inepar Indústria e Construções, foi um ano marcado por situações delicadas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial. Ainda sem fluxo de caixa operacional robusto que sustente as despesas operacionais e as obrigações do PRJ, recorreremos à monetização de *claims* e ao levantamento de depósitos judiciais.

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Em abril/2022, tivemos o leilão público para venda das UPI's IPM e IOG, onde dois participantes apresentaram propostas, tendo a decretação de um vencedor que não concretizou o pagamento. O segundo proponente, Melville, reforçou seu interesse e apresentou uma petição ao juiz da RJ manifestando sua vontade de cobrir a oferta apresentada pelo primeiro proponente. Infelizmente, ainda estamos aguardando o desfecho com a concretização do pagamento.

Mesmo com todas as adversidades apresentadas, em novembro de 2022, o juiz responsável decretou o fim da RJ do Grupo Inepar após quase 8 anos do seu início – para finalizar completamente ainda falta o trânsito em julgado.

2023 inicia-se turbulento e alvissareiro ao mesmo tempo. Turbulento devido as esferas política e econômica que estão desalinhadas ocasionando a postergação das decisões de investimentos. O Governo Federal sinalizou aumento dos gastos públicos contando com um igual crescimento da arrecadação fiscal. Este aumento de arrecadação terá que ser cumprido, caso contrário, trará desajuste na economia potencializando atraso nas decisões de novos investimentos. Como nosso mercado depende de investimentos em infraestrutura, que por sua vez, necessita de ambiente estável nos campos político, econômico e regulatório, nos remeterá a incertezas quanto a retomada do mercado.

Por outro lado, para embasar nossa visão alvissareira, o Governo Federal vem anunciando a retomada de investimentos públicos em infraestrutura em conjunto com a iniciativa privada, principalmente nos setores de Energia, Transporte e Óleo & Gas (*Jornal Valor Econômico – “Rascunho do Novo PAC anima setor privado” – 23/03/2023*). Adicionalmente, o Governo Federal indica a necessidade de fortalecer a indústria nacional, com aumento dos investimentos da Petrobras em novas fontes de energia e novos campos de petróleo.

Internamente, 2023 será um ano intenso pós RJ, marcado por: i) intensa atividade comercial para colocar novos projetos em carteira de modo que nosso fluxo de caixa operacional fique positivo; ii) renegociação de dívidas com nossos principais credores; iii) intensificação das operações para monetização de claims, venda de ativos e levantamento de depósitos judiciais; iv) manutenção da política de controle de custos e despesas.

Desempenho do exercício de 2022 e Principais Conquistas

**1) Principais conquistas de 2022**

- Decisão Judicial em novembro de 2022 do encerramento da Recuperação Judicial, após cumprimento de 100% das dívidas relativas ao biênio de Fiscalização, e esperamos o trânsito em julgado dessa decisão para os próximos meses;

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

- Após fechamento da Transação Tributária em dezembro de 2021, iniciou-se os trabalhos para aproveitamento de prejuízo fiscal acumulado para pagamento de até 70% do saldo devedor;
- Leilão da UPI's IPM e IOG;
- A nova empresa do Grupo Inepar/lesa, a ENISA se apresenta ao mercado como empresa de prestação de serviços de Engenharia. Fornecimento, Construção, Montagem e Gerenciamento (EPCM), participando de importantes licitações, aliada à tradição da Inepar/lesa, voltando o foco para os seus mercados core - Energia e O&G principalmente;
- Estimamos para 2023 prospecções de negócios que superaram os R\$ 3 bilhões em propostas;
- Protocolo nos órgãos competentes para criação de uma ZPE no site de Araraquara, o que esperamos ter aprovação no primeiro semestre de 2023, gerando negócios e empregos para o Grupo e para a Região.

**2) Desempenho do Exercício de 2022**

**Fontes de receita**

As principais fontes de receita da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços na fabricação de equipamentos para os segmentos de geração de energia, óleo e gás, entre outros. A Companhia reportou em 2022 uma receita bruta de R\$ 1,1 milhões. (resultado consolidado da controladora e todas as coligadas). As receitas de 2022 foram aproximadamente inferiores ao mesmo período do ano anterior de 2021, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pela Companhia no fechamento das licitações/pedidos por conta da nossa permanência na Recuperação Judicial.

**Resultado Econômico**

O prejuízo acumulado da Companhia no exercício de 2022 foi de R\$ 105,7 milhões, enquanto que, no mesmo período de 2021 foi apurado um lucro de R\$ 124,4 milhões. O lucro do exercício de 2021 foi gerado principalmente pelo reconhecimento no resultado de claims com decisão transitada em julgado, e pelo acordo assinado com a PFGFN em dezembro de 2021, o que possibilitou obter descontos de até 70% do montante de juros, multas e encargos.

Já o prejuízo do exercício de 2022, se deveu, principalmente, em função das correções dos passivos financeiros, bem como a correção do passivo tributário consolidado através da Transação Tributária, e outras contingências passivas o que representou um total de R\$ 93 milhões.

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Além disso, o resultado bruto operacional foi positivo em somente R\$ 478 mil devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela companhia e pelos reconhecimentos de custos complementares dos projetos que estão em fase de encerramento das empresas e consórcios que a controlada IESA Óleo & Gás detêm participação.

O Grupo Inepar/lesa vem intensificando suas ações na área comercial e com substancial elevação na geração de propostas nas áreas de Óleo & Gás (Petrobras, outras operadoras-concessionárias e Consórcios Fornecedores de Ampliação e Modernização de plantas); Geração de Energia (oportunidades em reforma e modernização de usinas hidroelétricas) com abordagem direta aos clientes finais como Sistema Eletrobrás, Copel, EMAE, CTG, Spic, etc, bem como serviços em regime EPC em diversas áreas e na prestação de serviços industriais (fabricação de partes e peças) para clientes como Voith, GE Hydro, Nuclep, CTG, Randon, entre outros.

A Geração de propostas ultrapassou, nos dois últimos trimestres de 2022, a casa de R\$ 3.5 bilhões e apresenta resultados venda de equipamentos de unidade de Araraquara (Petrobras, Acelem, Nuclep, Iplan-Caramuru Alimentos e CIR – Uruguai, entre outros). Para as propostas em EPC's o período de avaliação e tomada de decisão destes segmentos é historicamente entre 4 a 8 meses e há grande estoque de ofertas em análise, possivelmente até em função do processo eleitoral de final de 2022.

**A Evolução do Plano de Recuperação Judicial**

No final de 2014, o Grupo Inepar/lesa, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar/lesa, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

Dentro do contexto da recuperação,

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/lesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido, com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e com uma base acionária muito maior,

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.

- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,015 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Vale salientar que 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada conforme demonstrado abaixo e que, o Grupo Inepar/lesa vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos:

<b>RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL</b>				
<b>Classe</b>	<b>Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)</b>	<b>Saldo total devido (R\$ M)</b>	<b>Valor pago até o momento (R\$ M)</b>
Classe I	-	R\$ 29,5	R\$ 29,5	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2	Em discussão BNDES	R\$ 28,2	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,0	R\$ 13,0	R\$ 27,2
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 28,2</b>	<b>R\$ 42,5</b>	<b>R\$ 70,7</b>	<b>R\$ 2.367,6</b>

Em 07/11/2022, o Grupo Inepar/lesa apresentou petição ao D. Juízo da Recuperação judicial demonstrando o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Neste cenário, em 17/11/2022 o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial.

Vale destacar que, diante dos demais temas em curso no processo de Recuperação Judicial, temas estes essenciais para o efetivo soerguimento das empresas, foi

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

interposto pelas Recuperandas Recurso de Apelação, a fim de que fosse reconhecido que (i) a competência do Juízo da Recuperação Judicial se estende até o trânsito em julgado da decisão de encerramento, bem como para que (ii) o Juízo aprecie e profira decisões sobre constrições do patrimônio das Recuperandas, que ainda não foram objeto de julgamento, e, ainda para que (iii) o Juízo prossiga, nos autos principais ou em incidente apartado, com a alienação, via expedição de novo Edital, do ativo UPI IPM IOG, alienação esta essencial para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e das obrigações necessárias para a manutenção da atividade empresarial, cumprimento este que vai além do biênio adimplido.

Assim, feitos estes esclarecimentos, verifica-se o cenário atual das Recuperandas, sendo manifesto que (i) esta continua trabalhando para o deslinde de operações e reestrutura necessárias para seu efetivo soerguimento e que (ii) a Recuperação Judicial permitiu às Recuperandas adimplir e quitar passivo trabalhista superior a 230 milhões de reais, sendo livre de dúvidas a importância da manutenção da atividade empresarial desenvolvida pelas Recuperandas, eis que referida atividade é fonte de geração de empregos, arrecadação de impostos e movimentação de bens e serviços.

É certo que ainda se faz necessária reestruturação final, que demanda alienação de ativos em curso e readequação operacional, inclusive com o enquadramento da área de atuação antes e pós referida alienação, mas estas operações e reestruturações se encontram totalmente vinculadas, dependendo uma da outra, sendo certo que o deslinde destes temas trará o efetivo soerguimento.

**Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG**

Transcorrido o prazo para comprovação do preço da aquisição da UPI IPM/IOG, e tendo a Melville Capital Group LLC novamente se manifestado pelo interesse na aquisição da UPI pelo preço da proposta vencedora, no valor de US\$ 153.000.000,00, conforme informado no fato relevante de 26/08/2022, o Grupo Inepar/lesa a, por exercício de poder geral de cautela, apresentou petição (i) concordando com o aproveitamento da UPI, conforme requerido pela Melville, e ou (ii) abertura de novo processo competitivo de aquisição da UPI IPM / IOG.

O D. Juízo da Recuperação Judicial indeferiu a proposta da Melville com a justificativa que a requerente já havia tido oportunidade de participar do certame, inclusive na qualidade de *stalking horse*, e deixou deliberadamente de cumprir com as obrigações do Edital. Diante da decisão, a Inepar interpôs agravo, buscando autorização para abertura de novo processo de alienação, conforme previsão contida no plano de Recuperação Judicial, tendo tomado ciência que a Melville também apresentou recurso, buscando o aproveitamento do leilão já iniciado para aquisição da UPI.

O Recurso interposto pela Inepar está com julgamento suspenso em razão do trâmite do Recurso da Melville, que teve deferido o pleito de tutela antecipada para depósito judicial do valor do Preço da UPI IPM IOG, a fim de resguardar o direito de aquisição da UPI no processo de concorrência já iniciado, no caso de provimento de seu Recurso. Até o presente momento, a Melville teve os pedidos de prazo para pagamento deferidos, estando a Inepar no aguardo do deslinde do Recurso, já que a

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

o Grupo Inepar/lesa mantém seu interesse na venda destas UPI's como forma de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, com objetivo de liquidação das obrigações concursais, extraconcursais e necessárias a manutenção e soerguimento das atividades operacionais.

Da Continuidade das operações

Dentro deste contexto, com o objetivo de manter a continuidade das empresas com geração de fluxo de caixa positivo e cumprir com as obrigações do Plano de Recuperação e também para suprir as necessidades de caixa dos projetos que estão em andamento e para novos projetos que a empresa irá participar, a administração está trabalhando para concretizar a alienação de diversos ativos listados no Plano de Recuperação, entre os quais citamos:

I - Operações que poderão ser realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação dos bens:

- a) Efetivação da alienação das ações da UPI IOG;
- b) Efetivação da alienação dos imóveis situados nos municípios de Magé e de Charqueadas;e
- c) Efetivação da alienação de parte da UPI IPM, com máquinas e imóveis, localizados no município de Araraquara.

II - Além da disponibilidade dos ativos acima, também foi procedido:

- a) a constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos no valor aproximado de R\$ 1,212 bilhões, cuja expectativa de monetização é acima de R\$ 800 milhões. Tal expectativa se baseia no histórico acima de 60% de recuperação destes créditos pelas companhias, ao longo dos últimos anos.
- b) Estes créditos serão utilizados principalmente para negociar a liquidação de passivos junto ao BNDES e debenturistas da 5ª emissão e outros credores extraconcursais.

III – Outras ações em andamento.

- a) Intenso trabalho na monetização de ativos em discussão judicial fora do FIDC.

Estes ativos em discussão fora do FIDC, somam hoje aprox. R\$ 2,1 Bi e estamos considerando como recebimento provável o valor de R\$ 1,4 milhões líquidos de despesas, ou seja, um índice de conversão de 65%, dentro do histórico. Cabe frisar que por imposição das Normas Contábeis não é permitido provisionamento de ativos a monetizar e receber, e o balanço oficial não contempla nenhum valor para os mesmos.

Por se tratar de ativos em discussão judicial, não temos como precisar as datas de monetização, porém uma informação importante é que a média

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

das discussões correntes gira em torno de 8 anos, e todos eles tem datade origem igual ou superior a 7 anos.

Temos percebido crescente interesse de Fundos nacionais e internacionais em discutir estruturas que possam antecipar resultados desses claims, o que deverá permitir à Companhia a monetização antecipada de recursos relativos aos mesmos.

- b) Intensificação do trabalho comercial com a conquista de novos clientes, conforme descrito nos esclarecimentos feitos no capítulo de desempenho.;
- c) Busca de capital de giro para dar suporte aos novos projetos;
- d) Preparação de um Plano Estratégico de 5 anos que visa determinar todas as ações necessárias para manutenção das atividades pré e pós RJ.
- e) Gestão inteligente do passivo extra concursal para vinculação dos pagamentos à realização dos ativos a fim de não pressionar o caixa das atividades operacionais.
- f) Adesão ao Programa de Transação Individual instituído pela Lei 13.988/2020, através das Portarias PGFN 2.381/2021 e 9.917/2020, com homologação em dezembro/2021 e redução contábil do passivo tributária da ordem de R\$ 1,4 bilhões, bem como a adesão à Portaria PGFN 6757/2022 que permite o pagamento da dívida fiscal com a utilização do prejuízo fiscal acumulado em até 70%, o que deverá proporcionar um pagamento de aprox. R\$ 700 milhões.

Acreditamos que, após o encerramento da recuperação judicial, as empresas terão condições de retomar suas atividades com maior tranquilidade, de forma mais acelerada e melhor habilitada em eventuais negociações com os parceiros estratégicos, contando com a qualidade de nosso acervo que assegura competitividade e posição no mercado Latino Americano de infraestrutura.

No curto prazo, as empresas tem como principal objetivo encerrar a sua recuperação judicial, bem como está empenhada em recompor a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa.

No médio e longo prazo, a atual linha de produtos das empresas, e a introdução de novos produtos e sistemas de alta densidade tecnológica, juntamente com a recuperação da economia brasileira permitem que nossas empresas possam preencher a lacuna de capacidade produtiva brasileira quase aniquilada com a marginalização e fragilização das grandes empresas nacionais atuantes no setor de infraestrutura.

#### **AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste trimestre encerrado em 31/12/2022 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei

**IESA ÓLEO & GÁS S.A - Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ Nº 07.248.576/0001-11**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM IFRS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Audidores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

## Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	Nota	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de Caixa	6	16	5
Contas a receber de clientes	7	-	88
Estoques		59	-
Tributos a recuperar	8	19.885	19.885
Dividendos a receber	9	14.796	15.696
Outros Créditos	10	<u>413</u>	<u>650</u>
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b><u>35.169</u></b>	<b><u>36.324</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	19	155.476	165.771
Tributos a recuperar	8	15.820	25.969
Depósitos judiciais	11	49.627	192.036
Outros créditos	10	33	58
Investimentos	12	79.280	80.247
Imobilizado	13	102.080	103.405
Intangível	14	<u>743</u>	<u>2.315</u>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b><u>403.059</u></b>	<b><u>569.801</u></b>
<b>Total do Ativo</b>		<b><u><u>438.228</u></u></b>	<b><u><u>606.125</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Jair Malpica  
Contador  
CRC - SP-100417/O-6

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

## Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	Nota	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		15.328	18.700
Financiamentos e empréstimos	15	111.394	146.665
Obrigações sociais e trabalhistas	16	94.685	98.454
Obrigações fiscais e tributárias	17	34.963	19.853
Dividendos propostos		24	24
Adiantamentos sobre encomendas		8	-
Outras contas a pagar	18	9.640	4.124
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>266.042</b>	<b>287.820</b>
<b>Não Circulante</b>			
Obrigações fiscais e tributárias	17	81.707	88.894
Partes relacionadas	19	-	44.214
Tributos diferidos	20.1	15.820	15.820
Provisões para contingências	21	39.676	30.531
Provisão para passivo a descoberto	22	8.948	6.847
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>146.151</b>	<b>186.306</b>
<b>Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto</b>			
Capital social	23.1	102.996	102.996
Reservas de lucros		-	2.621
Prejuízos acumulados		(103.163)	-
Ajustes avaliação patrimonial		26.202	26.382
<b>Total do Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto</b>		<b>26.035</b>	<b>131.999</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido/ Passivo a descoberto</b>		<b>438.228</b>	<b>606.125</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

## Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	24	<b>1.102</b>	<b>15.670</b>
Custos dos Produtos e Serviços		(624)	(3.931)
<b>Lucro/Prejuízo Bruto</b>	28	<b>478</b>	<b>11.739</b>
<b>Receitas [Despesas] Operacionais</b>		<b>(7.911)</b>	<b>153.585</b>
Despesas com Vendas		(2.175)	(2.004)
Administrativas e Gerais		(9.683)	(28.471)
Outras Receitas (Despesas)	25	7.736	182.930
Resultado da Avaliação de Investimentos	12.1	(3.789)	1.130
<b>Resultado antes das Despesas e Receitas Financeiras</b>		<b>(7.433)</b>	<b>165.324</b>
Despesas Financeiras	26	(93.961)	(53.613)
Receitas Financeiras	26	5.759	2.698
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<b>(95.635)</b>	<b>114.409</b>
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	20.2	(10.149)	10.059
<b>Resultado antes das Participações</b>		<b>(105.784)</b>	<b>124.468</b>
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do exercício</b>		<b>(105.784)</b>	<b>124.468</b>
Quantidade de ações ao final do exercício		65.996	65.996
Lucro/Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$		(1,6029)	1,8860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11**

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

*(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
		Retenção de Legal	Lucros	à disposição da Assembleia			
<b>Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>102.996</b>	-	-	-	<b>(121.847)</b>	<b>26.088</b>	<b>7.237</b>
Lucro líquido do exercício					124.468		124.468
Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Conversão de Coligada no Exterior						294	294
<b>Resultado Abrangente Total</b>							<b>124.762</b>
<b>Destinações propostas no exercício</b>							
Constituição/(Reversão) de reserva		131		2.490	(2.621)		
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>102.996</b>	<b>131</b>	<b>-</b>	<b>2.490</b>	<b>-</b>	<b>26.382</b>	<b>131.999</b>
Prejuízo do exercício					(105.784)		(105.784)
Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Conversão de Coligada no Exterior						(180)	(180)
<b>Resultado Abrangente Total</b>							<b>(105.964)</b>
<b>Destinações propostas no exercício</b>							
Constituição/(Reversão) de reserva		(131)		(2.490)	2.621		
<b>Saldos finais em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>102.996</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(103.163)</b>	<b>26.202</b>	<b>26.035</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Jair Malpica**  
**Contador**  
**CRC - SP-100417/O-6**

**IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11**

**Demonstração do Resultado Abrangente**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2022**

*(Em milhares de reais)*

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(105.784)</b>	<b>124.468</b>
Outros Resultado Abrangentes		
Ajustes Conversão s/Coligadas no Exterior	(180)	294
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b><u>(105.964)</u></b>	<b><u>124.762</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Jair Malpica**  
**Contador**  
**CRC - SP-100417/O-6**

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

## C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(95.635)</b>	<b>114.409</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciações e amortizações	2.432	3.462
Perda na alienação de permanente	541	1.919
Resultado de avaliação de investimentos	3.789	(1.130)
Variações monetárias e cambiais	61.536	41.120
Provisões (Reversões)	9.145	(141.439)
<b>Resultado do exercício ajustado</b>	<b>(18.192)</b>	<b>18.341</b>
<b>(Aumento) redução no ativo:</b>		
Contas a receber de clientes	88	498.872
Estoques	(59)	-
Tributos a recuperar	-	(3.105)
Outros créditos	142.671	(147.970)
	<b>142.700</b>	<b>347.797</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>		
Fornecedores	(3.372)	(9.666)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.769)	(5.190)
Obrigações fiscais e tributárias	7.923	(115.842)
Adiantamentos sobre encomendas	8	(3.927)
Outras contas a pagar	5.516	(3.090)
	<b>6.306</b>	<b>(137.715)</b>
<b>Caixa (Gerado) consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>130.814</b>	<b>228.423</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisições de imobilizado	(76)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	(39.696)	(85.422)
<b>Caixa gerado pelas atividades de investimentos</b>	<b>(39.772)</b>	<b>(85.422)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	6.200
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(76.400)	(95.266)
Amortização de empréstimos e financiamentos - juros	(20.408)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	5.777	(53.944)
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(91.031)</b>	<b>(143.010)</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11</b>	<b>(9)</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes	5	14
Saldo final do caixa e equivalentes	16	5
<b>Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11</b>	<b>(9)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# IESA Óleo & Gás S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 07.248.576/0001-11

## Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>RECEITAS</b>	<b>11.537</b>	<b>316.169</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	1.146	15.768
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.801	(1.959)
Outras receitas / despesas	7.590	302.360
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(10.454)</b>	<b>(142.464)</b>
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(624)	(2.440)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.830)	(140.024)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.083</b>	<b>173.705</b>
Depreciação e amortização	(2.434)	(3.463)
<b>VALOR ADICIONADO LIQUIDO</b>	<b>(1.351)</b>	<b>170.242</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA</b>	<b>1.970</b>	<b>3.828</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(3.789)	1.130
Receitas financeiras	5.759	2.698
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>619</b>	<b>174.070</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>PESSOAL</b>	<b>1.883</b>	<b>4.775</b>
Salários e encargos	909	3.184
Benefícios	903	1.091
FGTS	71	500
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>10.454</b>	<b>(8.904)</b>
Federais	10.425	(8.966)
Estaduais	29	62
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS</b>	<b>94.066</b>	<b>53.731</b>
Juros	93.961	53.613
Alugueis	105	118
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS</b>	<b>(105.784)</b>	<b>124.468</b>
Prejuízo/Lucro do exercício	(105.784)	124.468
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>	<b>619</b>	<b>174.070</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# **IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

## **Nota 1 – Contexto operacional**

A IESA Óleo & Gás S.A., é uma Companhia de capital fechado, cujos atos constitutivos datados de 04/03/2005 estão arquivados na JUCERJ sob n.º 33.3.0027555-0. Está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 07.248.576/0001-11, e sediada na cidade de Rio de Janeiro – RJ, na Rua da Quitanda n.º 185 e 185-A, salas 601 a 613, bairro Centro, CEP 20.091-005.

A Companhia tem como atividade preponderante a prestação de serviços e o fornecimento de materiais para as indústrias de petróleo, gás, química e petroquímica, visando fornecer soluções completas através de projetos EPC (Engineering, Procurement and Construction), desenvolvendo desde os estudos e projetos de engenharia e consultoria até a execução de serviços de manutenção, construção, montagem e assistência técnica.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar/IESA detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/IESA se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento o Grupo Inepar/IESA está buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

## **Processo global da reestruturação e recuperação judicial**

Em 29 de agosto de 2014, a IESA Óleo & Gás S/A, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, protocolou o pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar/IESA, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da IESA Projetos no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar S/A no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da IESA Projetos no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais do Grupo Inepar/lesa,

A Inepar/lesa tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, considerando os 3 últimos anos.

Em 25 de janeiro de 2022, o Grupo Inepar/lesa, recebeu uma proposta da empresa Melville Capital Group LLC de Nova York, para aquisição das UPI's IOG e IPM, estando inclusos nessa venda os imóveis operacionais de Araraquara e Macaé, bem como acervos, propriedade intelectual e outros intangíveis. A oferta recebida trata-se de uma oferta vinculante firme e irrevogável de US\$ 125 milhões, conforme noticiado no Fatos Relevantes publicados em 22 de janeiro e 25 de janeiro de 2022.

O Grupo Inepar/lesa, mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 26/08/2022, através de Fato Relevante, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Empresa Melville Capital Group LLC, apresentou nova proposta para a aquisição das UPI's IPM e IOG, pelo mesmo montante apresentado pela SEFRAN no Leilão realizado em 28/04/2022.

No atual momento a Companhia aguarda a concretização dessa proposta apresentada pela Melville Capital Group.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

Transcorrido o prazo para comprovação do preço da aquisição da UPI IPM/IOG, e tendo a Melville Capital Group LLC novamente manifestado o seu interesse na aquisição da UPI pelo preço da proposta vencedora, no valor de US\$ 153.000.000,00, conforme informado no fato relevante de 26/08/2022, a Companhia, por exercício de poder geral de cautela, apresentou petição (i) concordando com o aproveitamento da UPI, conforme requerido pela Melville, e ou (ii) abertura de novo processo competitivo de aquisição da UPI IPM / IOG.

Em 07/11/2022, o Grupo Inepar/lesa cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I,II,III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial,

Em 17/11/2022 o Juiz da Recuperação Judicial deu decisão encerrando o processo de recuperação. A homologação dessa decisão deverá tomar ainda alguns meses, devidos a todas as providências a serem tomadas nesse sentido.

O Grupo Inepar/lesa continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

<b>RJ GRUPO INEPAR</b>				
<b>Classe</b>	<b>Saldo devido incotroverso dentro do biênio ( R\$ M )</b>	<b>Saldo devido incotroverso fora do biênio ( R\$ M )</b>	<b>Saldo total devido (R\$ M)</b>	<b>Valor pago até o momento (R\$)</b>
Classe I	-	R\$ 29,5	R\$ 29,5	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2	Em discussão BNDES	R\$ 28,2	R\$ 199,5
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,2	R\$ 13,0	R\$ 27,2
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 28,2</b>	<b>R\$ 42,5</b>	<b>R\$ 70,7</b>	<b>R\$ 2.367,6</b>

# **IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

## **Nota 2 – Bases de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2023.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas.

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurado ao valor justo.

## **Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis adotadas**

### **3.1 Classificações de itens circulantes e não-circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

### **3.2 Compensações entre contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

## 3.3 Conversões em moeda estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

## 3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

## 3.5 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

## 3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

## 3.7 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

## 3.8 Investimentos

Os investimentos permanentes em sociedades coligadas e sob controle comum são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

## 3.9 Imobilizado

Registrado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído.

O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

## 3.10 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

## 3.11 Impairment de Ativos Não-Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

## 3.12 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

## 3.13 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

## 3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

## 3.15 Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

## 3.16 Arrendamentos

Arrendamento mercantil financeiro é aquele em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Arrendamento mercantil operacional é um arrendamento mercantil que não se enquadra como arrendamento mercantil financeiro.

Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como ativos e passivos similarmente a operações de financiamento por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. Os pagamentos do arrendamento mercantil são segregados entre encargo financeiro lançado ao resultado e redução do passivo em aberto.

Os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa em base linear durante o prazo do arrendamento mercantil.

## 3.17 Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta metas de qualidade, produtividade e o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes.

## 3.18 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos

projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

## 3.19 Reconhecimento das receitas de vendas

### CPC 47/IFRS 15 — Receita de contratos com cliente

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes:

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

**Passo 1:** Identificar o (s) contrato (s) com um cliente — um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações executáveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos;

**Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho no contrato — um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente;

**Passo 3:** Determinar o preço da transação — o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente;

**Passo 4:** Alocar o preço de transação as obrigações de desempenho no contrato — uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos pregos de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato;

**Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou a medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho — uma entidade reconhece receitas quando (ou a medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado a obrigação de desempenho satisfeita.

A Companhia realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ou incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

## 3.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## 3.21 Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

## **Nota 4 – Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente e adotados pela companhia**

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

## **Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

## Nota 5 - Instrumentos financeiros

### CPC 48 / IFRS 9 — Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

A IFRS 9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros.

Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

#### a) Considerações gerais

A IESA e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não- circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes.

Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

**b) Valor de mercado** - O valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são, iguais aos valores contábeis.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

#### c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

##### Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

##### Riscos de taxas de câmbio

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía uma exposição de riscos sobre as taxas de câmbio.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## Riscos de crédito e formação de preço

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela IESA Óleo & Gás S.A. – em recuperação judicial é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

## Nota 6 – Caixa e equivalentes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	11	-
Bancos conta movimento	5	5
<b>Total Caixa e Equivalentes</b>	<b>16</b>	<b>5</b>

## Nota 7 – Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Clientes mercado interno	2.002	2.325
Créditos com consórcios	15.548	38.743
( - ) Prov. Perdas Rec. Créditos (a)	(17.550)	(40.980)
<b>Total de Clientes</b>	<b>-</b>	<b>88</b>

a) A Companhia constituiu suficientemente a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa conforme sua política contábil, visando suprir eventuais perdas na realização dos créditos.

## Nota 8 – Tributos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS	90	90
IRPJ Saldo Negativo	157	157
IRPJ diferido s/ diferenças temporárias	11.632	19.095
CSLL diferida s/ diferenças temporárias	4.188	6.874
Créditos fiscais a compensar	3.181	3.181
Créditos Reintegra (a)	16.614	16.614
Provisão perdas impostos	(194)	(194)
Outros	37	37
	<b>35.705</b>	<b>45.854</b>
Circulante	19.885	19.885
Não Circulante	15.820	25.969

a) O valor de R\$ 16.614, refere-se ao ressarcimento de créditos de impostos do Reintegra, correspondente a exportação dos materiais do Projeto de Charqueadas, este valor está sendo requerido para pagamentos de diversos passivos tributários.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## Nota 9 – Dividendos a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos com Empresas de Consórcios	14.796	15.696
<b>Total de Outros Créditos</b>	<b>14.796</b>	<b>15.696</b>

## Nota 10 – Outros créditos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento a fornecedores	413	284
Adiantamento diversos	-	366
Caução	33	58
<b>Total de Outros Créditos</b>	<b>446</b>	<b>708</b>
Circulante	413	650
Não Circulante	33	58

## Nota 11– Depósitos judiciais

O saldo de R\$ 49.627 em 31/12/2022, refere-se aos depósitos de diversos processos cíveis, enquanto o valor de R\$ 192.036 em (31/12/2021) refere-se principalmente, aos depósitos judiciais ordenados pelo Juízo da Recuperação Judicial contra créditos recebidos da TUPI BV.

## Nota 12 – Investimentos

### 12.1 Investimentos em sociedades coligadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Investimentos em Sociedades Coligadas (a)	35.227	36.194
Propriedades para Investimentos (b)	44.053	44.053
	<b>79.280</b>	<b>80.247</b>

a) Nas demonstrações financeiras estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades coligadas, onde o controle é compartilhado e avaliado pelo patrimônio líquido das investidas, em conformidade com participação em cada empresa.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>							
RIG Oil & Gas	38.723	23.694	2.359	15.029	16,66%	2.409	393
QUIP S.A.	129.623	178.785	(5.366)	(49.162)	13,25%	-	(711)
QGI INC	103.184	90.089	(19.036)	13.095	20,00%	2.619	(3.807)
QGI BRASIL	162.349	2.769	24.491	159.580	19,53%	31.166	4.783
QUEBEC	452	392	(891)	60	35,00%	-	(312)
FIDC ©							784
<b>TOTAL</b>	<b>434.331</b>	<b>295.729</b>	<b>1.557</b>	<b>138.602</b>		<b>36.194</b>	<b>1.130</b>

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
<b>Em 31 de Dezembro de 2022</b>							
RIG Oil & Gas	35.596	21.786	(138)	13.810	16,66%	2.206	(23)
QUIP S.A.	98.965	65.552	(15.747)	(64.908)	13,25%	-	(2.087)
QGI INC	103.184	85.393	(6.776)	13.095	20,00%	3.519	
QGI BRASIL	156.214	90.089	(19.036)	151.057	19,53%	29.502	(1.665)
QUEBEC - Const	-	5.157	(8.514)	(911)	35,00%		(14)
<b>TOTAL</b>	<b>393.959</b>	<b>267.977</b>	<b>(50.252)</b>	<b>112.143</b>		<b>35.227</b>	<b>(3.789)</b>

## b) Propriedade para investimento

Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia.

## c) FIDC

Corresponde à equivalência proporcional a participação da IESA Óleo & Gás S/A, no Taranis - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados, CNPJ/MF nº 31.164.462/0001-78, total de capital de aportado no FIDC é R\$ 619.100, dividido em cotas sênior e cotas subordinadas. A capitalização do Fundo foi efetuada através de cessão de créditos com diversos clientes. A consolidação do FIDC está sendo efetuado na Controladora Inepar S/A Indústria e Construções.

## Movimentação dos investimentos

<b>INVESTIMENTOS EM 31/12/2022</b>						
Nome	Saldo 31/12/2021	Resultado Abrangente	Equivalência Patrimonial	Recebimento de Dividendos	Saldo 31/12/2022	
RIG OIL & GAS	2.409	(180)	(23)	-	2.206	
QUIP S.A.	-	-	(2.087)	-	-	
QGI INC	2.619	-	-	900	3.519	
QGI BRASIL	31.166	-	(1.665)	-	29.502	
QUEBEC	-	-	(14)	-	-	
IMÓVEL MAGÉ	44.053	-	-	-	44.053	
	<b>80.247</b>	<b>(180)</b>	<b>(3.789)</b>	<b>900</b>	<b>79.280</b>	

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## Nota 13 – Imobilizado

	Edificações e Terrenos	Máquinas e Instalações	Móveis e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Benfeitorias em Prop. de Terceiros	Informática Hardware/Software	Outras Imobilizações	Total
Taxas anuais de depreciação	2,5% a 10%	10, 15 e 20%	10%	10 e 20%	20%	10 a 30%		
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>								
Custo	7.212	15.320	11.461	2.614	5	5.288	79.770	121.670
Depreciação Acumulada	-	(1.958)	(8.135)	(2.354)	(5)	(4.956)	(857)	(18.265)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>7.212</b>	<b>13.362</b>	<b>3.326</b>	<b>260</b>	<b>-</b>	<b>332</b>	<b>78.913</b>	<b>103.405</b>
Adições	-	5	-	-	-	-	-	5
Baixas	-	-	(736)	(204)	(5)	(5.111)	-	(6.056)
Depreciação	-	(39)	(722)	(132)	-	(26)	54	(865)
Baixas da Depreciação	-	-	614	165	5	4.807	-	5.591
Transferências	-	-	228	-	-	-	(228)	-
<b>Saldo Final</b>	<b>7.212</b>	<b>13.328</b>	<b>2.710</b>	<b>89</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>78.739</b>	<b>102.080</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2022</b>								
Custo	7.212	15.325	10.953	2.410	-	177	79.542	115.619
Depreciação Acumulada	-	(1.997)	(8.243)	(2.321)	-	(175)	(803)	(13.539)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>7.212</b>	<b>13.328</b>	<b>2.710</b>	<b>89</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>78.739</b>	<b>102.080</b>

## Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo:

- Política de renovação dos ativos;
- Expectativa da empresa com base na experiência de empresas do grupo;
- Informação referente ao ambiente econômico;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas; e,
- Política de manutenção dos bens.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos especialistas foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a expectativa da empresa com base na experiência do mercado com ativos semelhantes.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## Nota 14 – Intangível

	Software	Software arrendado	Implantação de Novos Processos	Implantação de ERP em Andamento	Total
<b>Em 31 de Dezembro de 2021</b>					
Custo	9.163	15.907	937	8.994	35.001
Amort. Acumulada	(17.551)	(14.193)	(941)	-	(32.685)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>(8.388)</b>	<b>1.714</b>	<b>(4)</b>	<b>8.994</b>	<b>2.315</b>
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(937)	-	(937)
Amortização	(930)	(1.516)	-	870	(1.576)
Baixas da Amortização	-	-	941	-	941
Transferências	870	-	-	(870)	-
<b>Saldo Final</b>	<b>(8.448)</b>	<b>198</b>	<b>-</b>	<b>8.994</b>	<b>743</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2022</b>					
Custo	10.033	15.907	-	8.124	34.064
Amort. Acumulada	(18.481)	(15.709)	-	870	(33.320)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>(8.448)</b>	<b>198</b>	<b>-</b>	<b>8.994</b>	<b>743</b>

### Nota 14.1 – Recuperabilidade dos ativos (*impairment*)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

## Nota 15 – Empréstimos e financiamentos

<b>Circulante</b>		
<b>Modalidade</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Arrendamentos Financeiros	-	55.303
Capital de Giro	111.394	91.362
<b>Total Circulante</b>	<b>111.394</b>	<b>146.665</b>
<b>Por Data de Vencimento</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Vencidos/em negociação	111.394	146.665
<b>Total de empréstimos e Financiamentos</b>	<b>111.394</b>	<b>146.665</b>
<b>Por tipo de Moeda</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Reais - R\$	111.394	146.665
<b>Total de empréstimos e Financiamentos</b>	<b>111.394</b>	<b>146.665</b>

Para os financiamentos citados no item de Capital de Giro, foram cedidos em garantia os imóveis de Charqueadas e de Macaé.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## Nota 16 – Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
INSS a recolher	481	40
Contribuição Senai	5.970	5.631
FGTS a recolher	19.297	49.774
Rescisões trabalhistas	59.418	34.477
Imposto de renda a recolher	364	2
Contribuição Sesi	7.272	6.860
Salários a pagar	607	485
Provisões trabalhistas	330	239
Contribuição Sindical	946	946
	<u>94.685</u>	<u>98.454</u>
Circulante	<u>94.685</u>	<u>98.454</u>

## Nota 17 – Obrigações fiscais e tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS a recolher	2.171	1.999
Inss a recolher	65	9
Pis/Cofins diferidos	394	393
Pis/Cofins a recolher	166	476
ISS a recolher	9.947	9.287
Impostos e Contribuições retidos na fonte	321	108
Parcelamentos Transação Excepcional	397	-
Parcelamento Transação Individual PGFN ( a )	100.950	94.598
Outras Obrigações da PGFN(b)	-	-
Outros	2.259	1.877
	<u>116.670</u>	<u>108.747</u>
Circulante	34.963	19.853
Não circulante	81.707	88.894

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020. O parcelamento dos demais débitos devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição.

Quanto ao parcelamento dos débitos previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os ganhos obtidos na referida transação foram consolidados através do Termo de Transação Individual e contabilizados em contrapartida da conta de resultado “Recuperação de Despesas – Transação Individual”.

Conforme Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Portaria RF nº 208, de 12 de agosto de 2022 referentes a regulamentação da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, onde a empresa poderá abater até 70% do total da dívida, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, cuja situação vem sendo avaliada pela administração efetuando os levantamentos necessários para posterior adesão.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## Nota 18 – Outras contas a pagar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Previdência Privada	129	129
Plano Participação nos Resultados	2.616	2.616
RTT Participações S/A	6.895	1.379
<b>TOTAL</b>	<b>9.640</b>	<b>4.124</b>

## Nota 19 – Partes relacionadas

### 19.1 Transações com a Controladora e Coligada

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	<u>Ativo Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Inepar S.A. Indústria e Construções	-	326
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	204.947	165.177
Quip S.A (ii)	520	268
	<u>205.467</u>	<u>165.771</u>

	<u>Passivo Não Circulante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	20.098	-
Inepar Equipamentos e Montagens S/A	746	539
Companhia Brasileira de Diques	-	15.326
Inepar S.A. Indústria e Construções	798	-
QGI Brasil S.A	28.349	28.349
	<u>49.991</u>	<u>44.214</u>

**Líquido entre ativo e passivo** **155.476** **121.557**

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## Nota 20 – Imposto de renda e contribuição social

### 20.1 Tributos diferidos

	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>						
Provisões de Contingências	11.632	4.188	15.820	19.095	6.874	25.969
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	<b>11.632</b>	<b>4.188</b>	<b>15.820</b>	<b>19.095</b>	<b>6.874</b>	<b>25.969</b>
	31/12/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Passivo Fiscal Diferido</b>						
Depreciação s/ Revisão Vida Útil	3.565	1.283	4.848	3.565	1.283	4.848
Valor Justo s/ Propriedades Investimentos	8.068	2.904	10.972	8.068	2.904	10.972
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>11.633</b>	<b>4.187</b>	<b>15.820</b>	<b>11.633</b>	<b>4.187</b>	<b>15.820</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com a Deliberação CVM n.º 599/09 e Instrução CVM n.º 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos foram constituídos na mesma proporção do passivo diferido e serão realizados à medida que o passivo da revisão de vida útil e do custo atribuído forem realizados.

### 20.2 Despesas com tributos sobre o prejuízo

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o Prejuízo registrados no resultado dos períodos:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes dos impostos	(95.635)	114.409
Alíquota Nominal	-34%	-34%
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal		
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Resultado de equivalência patrimonial	1.288	384
Adições e Exclusões permanentes	(11.437)	9.675
IRPJ e CSLL no resultado	(10.149)	10.059
Imposto Diferido	(10.149)	10.059
Imposto Corrente	-	-

O valor do imposto diferido refere-se, basicamente, à parcela do lucro da empreitada ou fornecimento para entidades governamentais computadas no resultado no período de apuração, proporcional à receita dessas operações consideradas no resultado e não recebido até a data do encerramento do exercício.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## Nota 21 – Provisões para contingências

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista e cível. É registrada provisão no Passivo Não Circulante para os processos cuja estimativa de perda é considerada provável, com exceção das provisões para contingências trabalhistas que foram feitas com base no histórico de acordos trabalhistas estimados por seus assessores jurídicos.

<u>PROCESSOS</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis ( a )	15.487	14.938
Trabalhistas ( b )	22.538	13.640
Tributárias ( c )	1.651	1.953
	<u>39.676</u>	<u>30.531</u>

- a) **Cíveis** - composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.
- b) **Trabalhistas** - reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios, nesta rubrica temos o valor de R\$ 20.960 classificados pelos consultores da IESA como perdas possíveis.
- c) **Tributárias** - representadas basicamente por autuações federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	30.531	45.673
( - ) Adições/Baixas	9.145	(15.142)
Saldo final	<u>39.676</u>	<u>30.531</u>

## Exigências fiscais e trabalhistas

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições, estão também sujeitos a essas condições, conforme a legislação aplicável.

## Nota 22 – Provisões para passivo a descoberto

O saldo de R\$ 8.948 em 31/12/2022 refere-se ao reconhecimento da participação da Companhia nas empresas QUEBEC e QUIP S/A.

## Nota 23 – Patrimônio líquido

### 23.1 Capital Social

O Capital Social é de R\$ 102.996, representado por 65.995.745 (sessenta e cinco milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## Nota 24 – Receitas de vendas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Revenda	167	129
Venda de Sucata	79	399
Receita de Consórcios	-	20
Vendas no Mercado Externo	900	15.220
<b>Receita Bruta</b>	<b><u>1.146</u></b>	<b><u>15.768</u></b>
(-) Impostos sobre Vendas	(44)	(98)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b><u>1.102</u></b>	<b><u>15.670</u></b>

Após o pedido de recuperação judicial, a empresa vem operando em um nível abaixo de sua capacidade em face da severa retração dos investimentos em infraestrutura e ainda por estar sob este regime sofre uma série de restrições dos clientes. No caso da Iesa Óleo & Gás, tivemos os encerramentos de diversos contratos e, principalmente, o cancelamento do projeto de construção dos módulos de compressão para plataforma, que estavam em fabricação no município de Charqueadas, cujo valor do contrato era superior a R\$ 2 bilhões de reais.

## Nota 25 – Outras receitas e despesas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado na venda do imobilizado (a)	(494)	123
Provisão para futuras perdas	(7.857)	(7.207)
Provisão/Reversão de contingências (b)	(624)	151.596
Outras receitas/Despesas	16.800	(117.172)
Receitas da arbitragem (c)	-	28.868
Recuperação Despesas Transação Individual	-	127.278
Despesas tributárias	(89)	(556)
	<u>7.736</u>	<u>182.930</u>

- a) Refere-se a venda de equipamentos que não estão em uso.
- b) Refere-se as reversões de provisões para contingências das despesas da arbitragem, bem como a regularização das mesmas despesas.
- c) Refere-se ao complemento dos valores da arbitragem instaurada em Nova York, contra a Tupi-BV e Petrobrás.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

## Nota 26 – Receitas e despesas financeiras líquidas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas bancárias	(71)	(7)
Juros de empréstimos e mútuos com ligadas	(81.515)	(42.199)
Juros sobre outros passivos	(12.289)	(11.205)
Variações cambiais passivas	(86)	(202)
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<u>(93.961)</u>	<u>(53.613)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Juros sobre outros ativos	5.759	2.698
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<u>5.759</u>	<u>2.698</u>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<u>(88.202)</u>	<u>(50.915)</u>

## Nota 27 – Cobertura de seguros (não auditada)

Os valores são contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado e Estoques.

A Companhia possui apólices de seguro para os seguintes riscos:

- Lucros cessantes;
- Responsabilidade Civil;
- Transporte;
- Equipamentos Pesados (Caminhões, Guindastes); e
- Vida em Grupo

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

## Nota 28 – Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo do seu plano estratégico, contendo as seguintes áreas:

<b>Obras de Infraestrutura</b>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<b>Plantas de gás</b>	
Receita bruta total	1.146	15.768
Impostos s/ vendas	(44)	(98)
Custo dos produtos e serviços	(624)	(3.931)
<b>Margem Bruta</b>	<u>478</u>	<u>11.739</u>

Os valores das receitas e dos custos dos produtos e serviços, referem-se aos complementos dos contratos contratados em Consórcios.

# IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

## Nota 29 – Eventos subsequentes

Foi peticionado ao Juiz da Recuperação Judicial em 07/11/2022, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 09/11/2022, a Inepar publicou 2 fatos relevantes, posicionando o mercado e seus acionistas a respeito da posição atual da Recuperação Judicial.

Em 17/11/2022 o Juiz da Recuperação Judicial deu decisão encerrando o processo de Recuperação Judicial, em função do total cumprimento das obrigações contidas no biênio de fiscalização.

A Inepar aguarda a finalização das negociações para alienação das UPI's IPM e IOG, de acordo com as últimas petições e protocoladas em juízo pela Melville, bem como a concretização de um empréstimo de R\$ 130 milhões em negociação com a Melville.

## Nota 30 – Tratativas que poderão gerar eventos subsequentes

a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes.

As operações dos itens a/b/c/d serão realizadas através de edital de oferta pública por meio de propostas fechadas para alienação de dos bens:

b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1 acima;

c) Dação em pagamento para Instituição Financeira do imóvel localizado no município de Charqueadas, sendo que esta dívida pertence a Classe II da Recuperação Judicial;

d) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé.

e) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.

f) A Companhia está implantando um programa para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.

g) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.

h) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.

# **IESA ÓLEO & GÁS S.A. – em Recuperação Judicial**

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022**

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

---

i) Efetivação do trabalho de redução e parcelamento dos passivos fiscais, que culminou no fechamento da transação tributária que permitiu redução de aprox. R\$ 1,4 bilhões em dívidas fiscais. A Companhia vem também negociando com a PGFN o pagamento de parte da sua dívida fiscal com o aproveitamento de prejuízos fiscais acumulados, conforme previsto em Lei.

## **DIRETORIA EXECUTIVA:**

Otto Garrido Sparenberg

Irajá Galliano Andrade

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:**

Atilano de Oms Sobrinho

Di Marco Pozzo

Cesar Romeu Fiedler

Valdir Lima Carreiro

## **Contador:**

Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6

## **Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial**  
Rio de Janeiro – RJ

### **Opinião com Ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras da **IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IESA Óleo & Gás S.A. - Em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)*.

### **Base para Opinião com Ressalva**

#### **Limitação de Escopo de Auditoria**

##### **a) Confirmações Externas de Endividamento Bancário**

Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas, em virtude das negociações em andamento. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

##### **b) Investimentos em Controladas/Coligadas/Consórcios**

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (RIG Oil & Gás Contractors Inc, QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatatuba-UTGCA), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "12", cujas companhias não apresentaram as demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### **Incerteza relevante quando à continuidade operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua Controladora indireta (INEPAR S.A Indústria e Construções) se encontram em Recuperação Judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 105.784 mil, passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 230.873 mil. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

#### **Ênfases**

##### **Coisa Julgada em Matéria Tributária**

Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, os assessores jurídicos da Companhia estão analisando os processos judiciais já transitados em julgado e seus impactos perante as decisões do STF sobre tais questões.

##### **Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas**

Conforme mencionado na nota explicativa “19”, a Companhia mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

### **Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional**

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 127.278 mil, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”, no ano-calendário de 2021, conforme disposto na nota explicativa “25”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

### **Outros Assuntos**

#### **Demonstrações do Valor Adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor**

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2023.

Müller & Prei Auditores Independentes S/S  
CRC-PR Nº 6.472/O-1

**GEORGE  
ANGNES:6809  
7760959**

Assinado de forma digital por GEORGE  
ANGNES:68097760959  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=000001010120309, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A3, ou=AC SERASA RFB v5,  
ou=36096383000190, ou=PRESENCIAL,  
cn=GEORGE ANGNES:68097760959  
Dados: 2023.04.12 09:50:36 -03'00'

George Angnes  
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1